

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XLV - 30 DE NOVEMBRO DE 2018

JAIR BOLSONARO APRESENTA: ROBERTO CASTELLO BRANCO PARA A PRESIDÊNCIA DA PETROBRÁS...

O FOCO DA PETROBRÁS DEVE SER NA ACELERAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL

“É INACEITÁVEL MANTER CENTENAS DE BILHÕES DE DÓLARES ALOCADOS A EMPRESAS ESTATAIS EM ATIVIDADES QUE PODEM SER DESEMPENHADAS PELA INICIATIVA PRIVADA”

UMA DAS LIÇÕES QUE SE TIRA DESTA CRISE É A URGENTE NECESSIDADE DE PRIVATIZAR NÃO SÓ A PETROBRÁS, MAS OUTRAS ESTATAIS

Veja nesta edição:

3 Minas Gerais pode perder até R\$ 7 bilhões com entrega do pré-sal

4 e 5 Escolha de Roberto Castello Branco para presidência da Petrobrás aponta guinada liberal na companhia

6 Trabalhador morre em acidente em plataforma da Bacia de Santos (RJ)

8 Ameaça de despejo coloca duas mil pessoas em risco no Sul de Minas Gerais



EDITORIAL

Escola de Chicago: ideologia neoliberal que faz mal ao Brasil

"A questão ideológica é tão, ou mais grave, que a corrupção no Brasil", afirmou Jair Bolsonaro em uma de suas declarações nas redes sociais, ainda no período de campanha eleitoral. O futuro presidente repete, assim, um velho mantra da direita brasileira: quem tem ideologia é a esquerda. E ideologia é coisa do capeta, "taoquêi"?

Essa tática de demonização da esquerda é tão antiga quanto a luta de classes. Bolsonaro e sua trupe lunática buscam deslegitimar o projeto político da esquerda, que historicamente está associado às lutas populares e às demandas dos mais oprimidos. Parece uma coisa meio ultrapassada, mas a estratégia é meio fascista mesmo, já que alimenta a ideia de combate a um suposto inimigo comum da nação.

O grande responsável pelos problemas do nosso País, portanto, seriam os tais "petistas corruptos comedores de crianças e criadores do kit gay".

A mesma ladainha é usada por Bolsonaro para justificar suas escolhas para a composição de sua equipe no novo governo. As indicações para ministérios e estatais seriam meramente técnicas e não ideológicas, como fizeram os "petistas".

Seria então Sérgio Moro uma escolha meramente técnica? E o novo chanceler que quer libertar o Itamaraty do "marxismo cultural"? Não estaríamos assistindo ao "aparelhamento" do Estado pela tal "Escola de Chicago"?

No final das contas, concordamos com Vossa Excelência, futuro presidente. Nós, petroleiras e petroleiros, já vimos e sentimos na pele o quanto a questão ideológica pode ser tão, ou mais grave, que a corrupção na Petrobrás. Governos com forte influência ideológica neoliberal, como Collor, Fernando Henrique Cardoso, Temer e Bolsonaro, fizeram e farão de tudo para destruir e entregar nosso patrimônio aos estrangeiros e retirar direitos dos trabalhadores.

Roberto Castello Branco, indicado por Bolsonaro para assumir a presidência da Petrobrás, completa o forte time ultra-liberal montado pelo "Posto Ipiranga" Paulo Guedes.

O sinal dado para a categoria petroleira, portanto, é bem claro: com essa ideologia, teremos mais alguns anos sem sossego. Em nosso favor, entretanto, ficamos com uma lembrança mais recente: o último "chicago boy" que se meteu conosco, pediu pra sair.

INFORMES

Petrobrás deve apresentar proposta do novo regramento de PLR na próxima semana

A direção da Federação Única dos Petroleiros (FUP) participou no dia 22 de novembro de mais uma reunião com a gerência de Recursos Humanos da Petrobrás para tratar do novo acordo de regramento da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).

Para o coordenador geral da FUP, José Maria Rangel, a empresa demonstrou falta de interesse em manter o atual formato da cesta de indicadores, que prioriza a questão produtiva dando ênfase aos indicadores financeiros. "O acordo atual basicamente contempla todos os segmentos da companhia que privilegia o setor produtivo da empresa, o que não vem acontecendo nas últimas negociações".

A FUP voltou a questionar as mudanças propostas pela Petrobrás e reafirmou que não concorda que o Sistema de Consequências seja atrelado ao regramento da PLR. A entidade entende que essa ferramenta foi criada para culpar o trabalhador pelos erros e omissões dos gestores com a segurança.

Na próxima semana, a empresa deve apresentar a proposta final à direção da Federação, que será avaliada pelos sindicatos filiados em Conselho Deliberativo, assim como pelos trabalhadores em assembleias.

Categoria aprova prestação de contas e previsão orçamentária para 2019

Na última terça-feira (27), o **Sindipetro/MG** realizou a assembleia anual de prestação de contas referente ao exercício de 2017. Além de aprovar o balanço referente ao ano passado, a categoria também aprovou a previsão orçamentária da entidade para o ano de 2019. A assembleia ordinária foi realizada na sede do Sindicato.

CALENDÁRIO 2018

DEZEMBRO

8 e 9: 6º Módulo do Curso de Realidade Brasileira;

21: Início do recesso de fim de ano no Sindipetro/MG;

25: Natal;

JANEIRO

07: volta do funcionamento da sede do Sindipetro/MG;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thaís Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.

www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br



VAI E VEM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DE BOLSONARO

Ainda não se sabe ao certo quais os planos do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) para o Ministério do Trabalho. Após o rebuliço causado pelo anúncio de que a pasta seria extinta e passaria a ser apenas uma secretaria, Bolsonaro voltou atrás. Disse então que iria incorporar o Ministério a outras pastas, sem revelar quais. Esse vai e vem das decisões relativas à composição do próximo governo do País tem sido frequente

"Vai ser ministério 'disso', 'disso', 'disso' e Trabalho", explicou ao ser questionado pela imprensa se haveria uma fusão do Ministério do Trabalho a outra pasta. "Tanto faz. É igual (o atual) Ministério da Indústria e Comércio. O que vale é o status (de ministério)", completou o presidente eleito.

A incerteza sobre o futuro governo de Bolsonaro preocupa os trabalhadores, entidades sindicais e movimentos sociais. Sem o Ministério do Trabalho, os direitos fundamentais garantidos à classe trabalhadora ficam à mercê do novo governo, que já demonstrou não ter qualquer compromisso com a base que sustenta o País.

Ainda durante a campanha, Bolsonaro já deu pistas sobre sua posição em relação aos direitos trabalhistas. Em entrevista ao Jornal Nacional, em agosto deste ano, ele disse: "O trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos

emprego, ou menos direito e mais emprego".

Bolsonaro também votou a favor da Reforma Trabalhista - que retirou direitos garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), fragilizou as instituições públicas de fiscalização e reduziu o papel dos sindicatos nas negociações coletivas. Também foi o único parlamentar a votar contra a PEC das Domésticas - aprovada no governo da presidenta Dilma Rousseff e que regulamentou a profissão garantindo às domésticas direitos como os de qualquer outro trabalhador no Brasil.

Ele também apoia a Reforma da Previdência em tramitação no Congresso e sua equipe de governo já sinalizou que pretende aprovar uma mudança ainda mais profunda no sistema previdenciário brasileiro. A proposta, inclusive presente em seu plano de governo, pretende acabar com a previdência pública e transformá-la em uma capitalização bancária.

Com 12 milhões de desempregados e com a Reforma Trabalhista em vigor, acabar ou reduzir o papel do Ministério do Trabalho - que já tem 88 anos de história na elaboração de políticas e das diretrizes para a geração de emprego e renda, atuando na fiscalização do trabalho, no combate ao trabalho análogo à escravidão e na garantia dos direitos trabalhistas - é mais um ataque do governo eleito à classe trabalhadora.



Notas Curtas

MINISTÉRIO FICHA-SUJA

Apesar de se eleger apoiado em um discurso de fim da corrupção no Brasil, não é isso o que se tem visto de Jair Bolsonaro (PSL). Em sua equipe de transição e em seus ministérios o que não faltam são fichas-sujas, políticos enroscados com a Justiça ou com a polícia ou pessoas em claro conflito de interesses.

JUIZ VIRA TÉCNICO

Começemos pelo juiz Sérgio Moro que, não só prendeu o principal adversário de Bolsonaro logo antes das eleições, como agiu de modo a influenciar o resultado das urnas ao vazar, às vésperas do segundo turno, a delação de Antônio Pallocci. Além disso, foi divulgado na imprensa que sua ida para o Ministério da Justiça - que incorporará o recém-criado Ministério da Segurança Pública - teria sido acertada ainda durante a campanha.

ULTRALIBERAL COM SUPER-PODERES

Investigado por supostas irregularidades em fundos de pensão, que inclusive pode ter prejudicado a Petros, Paulo Guedes já havia sido confirmado antes mesmo da eleição para chefiar o superministério da Economia, que englobará as pastas da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio. Segundo Bolsonaro, ele terá carta branca para promover sua agenda neoliberal.

PERDÃO POR CAIXA 2

Na sequência, temos o deputado federal reeleito Onyx Lorenzoni (DEM-RS), indicado para nada mais, nada menos que a Casa Civil. Lorenzoni foi citado em uma delação premiada da operação Lava Jato e é investigado por suposto recebimento de caixa 2 para sua campanha, o que ele admitiu. No entanto, o valor que ele reconhece ter recebido é menor do que o delatado.

MUSA DO VENENO NA AGRICULTURA

Indicada para o Ministério da Agricultura, Tereza Cristina é investigada por conceder incentivos fiscais à JBS quando era secretária estadual de Desenvolvimento Agrário e Produção do Mato Grosso do Sul, na mesma época em que arrendou uma propriedade sua ao grupo. É a única mulher entre os ministros anunciados até agora.

DA UNIMED PARA O SUS

Indicado para o Ministério da Saúde, o deputado não reeleito Henrique Mandetta (DEM) é investigado por fraude em licitação, tráfico de influência e caixa 2 durante sua gestão em Campo Grande (MS). O futuro ministro teve os bens bloqueados em Ação Civil Pública relativa ao caso.

GRINGO NA EDUCAÇÃO

Para chefiar o Ministério da Educação, nada menos que o colombiano naturalizado brasileiro Ricardo Vélez Rodríguez. A indicação veio do escritor Olavo de Carvalho, conselheiro de Bolsonaro, e atende à bancada evangélica no Congresso. Rodríguez não só defende o projeto "Escola sem Partido", como vê "doutrinação" no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e diz que a ditadura militar no Brasil é "um fato a ser comemorado".



PETROLEIRO MORRE EM EM PLATAFORMA NO RIO

Um trabalhador que prestava serviços para a Petrobrás morreu no último domingo (25) na plataforma PNA-2, na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. Funcionário da empresa RIP Kaeter, o petroleiro realizava manutenção em um guindaste e, de acordo com as informações iniciais, teria sido esmagado pelo equipamento. Esse foi o quarto óbito no ano de 2018 nas unidades do Sistema Petrobrás. Todas as vítimas eram trabalhadores terceirizados.

A FUP e seus sindicatos vêm constantemente denunciando a insegurança na empresa, que aumentou após a implantação do sistema de consequências. Os dirigentes sindicais têm questionado os efeitos per-



versos dessa política, que incentiva a subnotificação de ocorrências, potencializando os riscos de acidentes, principalmente entre os terceirizados.

Na última segunda-feira (26), diretores do Sindipetro-NF estenderam faixas no Heliporto do Farol de São Thomé e fizeram falas em que denunciaram a precarização das condições de segurança nas áreas operacionais da Petrobrás.

Sindipetro/MG cobra relatório de acidente grave na Regap

Na última sexta-feira (23), o coordenador do Sindipetro/MG, Anselmo Braga, e o diretor Cristiano Almeida, se reuniram com a gerência da Regap e cobraram a divulgação do relatório da Comissão de Investigação de Acidente formada para apurar as causas do acidente que deixou três trabalhadores da Regap feridos em agosto deste ano.

O relatório teria sido concluído há pelo menos dois meses e a gerência se comprometeu a apresentar o documento nos próximos dias - o que não ocorreu até o fechamento desta edição, na quarta-feira (28), às 18h.

O acidente deixou o operador Antenor Pessoa Cavalcante gravemente ferido. Ele foi atingido por ácido sulfúrico 98% e sofreu queimaduras nas costas, peito e parte do rosto, além do braço e antebraço esquerdos. Ele também sofreu uma lesão reversível no olho direito e ainda segue em recuperação. Outros dois trabalhadores

terceirizados também foram atingidos no acidente, mas tiveram apenas ferimentos leves.

COMISSÃO

No último dia 13, outro acidente foi registrado na Regap e a Comissão de Investigação das causas foi instaurada na semana passada, com participação de um representante do Sindipetro/MG.

O acidente ocorreu quando uma operadora manuseava uma amostra de salmoura retirada da dessalgadora em um vidro cujo fundo se soltou, derramando o líquido quente nas pernas da operadora. Ela sofreu queimaduras nas duas pernas e segue afastada do trabalho.

A diretoria do Sindipetro/MG está acompanhando a recuperação da trabalhadora. Ela informou que está bem e, se não houver nenhuma mudança em seu quadro, voltará ao trabalho no dia 3 de dezembro.

OPINIÃO

Treinamento militar na RLam: soberania nacional ou garantia da entrega do patrimônio brasileiro?

"Entre os dias 19 a 23 de novembro, ocorreram treinamentos militares na Refinaria Landulpho Alves (RLam), localizada no município de São Francisco do Conde, na Bahia. Claro que a Petrobrás e suas refinarias são de extrema importância estratégica, logo, entendo a necessidade de militares treinados para defender esse grande patrimônio brasileiro.

O que me deixa intrigado é a escolha de uma refinaria que está dentro do projeto de privatização (desinvestimentos, reposicionamento ou qualquer outro nome bonito que os gestores gostam de colocar). Seriam treinamentos para garantir a soberania nacional ou para garantir a execução da privatização da Petrobrás?

Se o Exército for realmente brasileiro, como a Polícia Militar (PM) de

Minas Gerais foi realmente mineira em 1999, no episódio de tentativa de privatização da usina de Furnas, vai atuar junto com os trabalhadores e trabalhadoras da Petrobrás e com 78% da população que é contra a venda dessa empresa para estrangeiros [1].

Mas, caso a Escola de Chicago esteja no comando também do Exército brasileiro, problemas que são inerentes à intervenção de forças militares contra interesses da população acontecerão. Como exemplo, lembremos da greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na década de 80. No dia 4 de novembro de 1988, os trabalhadores da CSN decidiram entrar em greve e, no dia 7 de novembro, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda promoveu a ocupação da empresa

para paralisar as atividades. No dia 9 do mesmo mês, o Exército e a PM invadiram a unidade.

Em meio à ação militar, três operários foram mortos. A greve ainda se prorrogou e somente finalizou no dia 24 de novembro com parte das reivindicações dos trabalhadores atendidas. Devido à repressão do Exército, a greve de 1988 ficou conhecida como "o Massacre de Volta Redonda".

Mesmo com todas as contradições, a relação histórica dos militares com a Petrobrás é de proteção a esse setor estratégico - não é a toa que seis refinarias foram inauguradas durante o período militar. O problema é que não só nosso petróleo está em disputa, estão também nossas instituições, dentre elas o próprio Exército Brasileiro.

Com a aplicação do modelo eco-

nômico privatista em curso no Brasil, o Exército, força coercitiva do Estado, será convocado para trabalhar para quem o Estado estiver trabalhando, ou seja, para os estrangeiros.

Por isso, a preocupação com treinamentos militares em bases que estão em projeto de privatização. Nós, trabalhadores e trabalhadoras da Petrobrás vamos defender o patrimônio nacional, isso é certeza. A dúvida é somente se esse processo será com o apoio do Exército Nacional ou contra um "Exército Estrangeirado". **Defender a Petrobrás é defender o Brasil!**

Por Alexandre Finamori, diretor do Sindipetro/MG e da FUP





MINAS GERAIS PODE PERDER ATÉ R\$ 7 BILHÕES COM ENTREGA DO PRÉ-SAL

A pesar de não ter petróleo, Minas Gerais será impactada com a aprovação do Projeto de Lei da Câmara 78/2018, que tramita em regime de urgência no Senado Federal. O Estado poderá deixar de arrecadar até R\$ 1,8 bilhão em 2019 e os municípios mineiros poderão perder R\$ 5,3 bilhões.

Os dados são do estudo "O pré-sal e as perdas de arrecadação de Minas Gerais e seus municípios", elaborado pelo consultor legislativo Paulo César Ribeiro Lima.

Os levantamentos foram feitos a partir das propostas contidas no projeto de lei, de autoria do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que prevê, entre outras coisas, a autorização para que a Petrobrás privatize até 70% dos 5 bilhões de barris da cessão onerosa do pré-sal e a entrega de 15 bilhões de barris excedentes da cessão onerosa às multinacionais.

O impacto na arrecadação, na verdade, é provocado por outra medida: a MP 795. A medida, conhecida como "MP do Trilhão", prevê isenções fiscais às petrolíferas estrangeiras que atuam no Brasil. Essa renúncia fiscal impacta diretamente na arrecadação de estados e municípios, uma vez que é prerrogativa da União, segundo o artigo 159 da Constituição, a distribuição de 49% dos "impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados". Desse total, 46% é destinado aos estados e municípios.

Com o leilão dos 15 bilhões de barris excedentes da cessão onerosa, estima-se que o Governo Federal pretende arrecadar cerca de R\$ 100 bilhões. Levando-se em conta a desoneração autorizada pela "MP do Trilhão", a perda para estados e municípios chegaria a R\$ 11,5 bilhões em todo o País. Em Minas, a perda chegaria a R\$ 7,19 bilhões.

O QUE PREVÊ O PLC 78/2018?

Além de propor o leilão de petró-

leo em áreas onde hoje a Petrobrás já explora, a medida propõe que a companhia abra mão de 70% de um total de 5 bilhões de barris de petróleo já contratados via cessão onerosa em 2010 e que hoje são os mais lucrativos da companhia. Também dispensa a realização de licitação para contratação de bens e serviços quando a Petrobrás estiver consorciada a outras empresas na operação do pré-sal.

"Os defensores do projeto alegam competitividade, mas a Petrobrás é uma empresa pública e esse tipo de medida serve apenas para estimular a corrupção no País. Além de facilitar a fuga de investimentos no Brasil", explicou o diretor da FUP e do Sindipetro Bahia, Deyvid Bacelar.

Bacelar explica ainda que o projeto mantém outras distorções que precisam ser corrigidas em benefício do povo brasileiro. "O projeto traz inúmeros prejuízos à Petrobrás e ao Brasil. Estamos em Brasília para tentar impedir a aprovação ou, pelo menos, garantir a inclusão de emendas ao texto que protejam nosso patrimônio. A nossa proposta é que a Petrobrás continue a operar com a titularidade da cessão onerosa e seja contratada diretamente pela União em regime de partilha para explorar o excedente".

CESSÃO ONEROSA

A cessão onerosa foi assinada entre União e Petrobrás em 2010, no processo de capitalização da companhia. Esse contrato garantiu à empresa o direito a explorar 5 bilhões de barris de petróleo em seis áreas do pré-sal sem licitação.

Em contrapartida, a Petrobrás teve de repassar o valor correspondente a essa quantidade de barris para a União em forma de ações da empresa - o que permitiu que o Estado aumentasse sua participação do capital de 40% para 49%.

Leia a matéria completa e saiba mais sobre a cessão onerosa do pré-sal no site do Sindipetro/MG.

PREJUÍZOS DA ENTREGA DA CESSÃO ONEROSA DO PRÉ-SAL

300 mil barris

É a capacidade atual de produção da cessão onerosa, por meio das plataformas P74 e P75 (recém inaugurada). É a área mais lucrativa da Petrobrás atualmente, correspondendo a cerca de 11% da produção total.

750 mil barris/dia

É a previsão de produção em 2019, com a contratação já realizada de outras 4 plataformas.

1,7 milhão barris/dia

É a perspectiva de produção na área da cessão onerosa em 2026.

O PRÉ-SAL E AS PERDAS DE ARRECADAÇÃO EM MINAS GERAIS

O impacto na arrecadação do País com a aprovação do PLC 78/2018, aliado à MP do Trilhão (que desonera as petrolíferas estrangeiras), pode chegar a **R\$ 77 bilhões** em todo o Brasil, sendo **R\$ 7,19 bilhões** só em Minas Gerais (Estado e municípios) em 2019;

Belo Horizonte sozinha perderá **R\$ 212 milhões**;

As duas maiores cidades da região metropolitana, Betim e Contagem, deixarão de arrecadar **R\$ 33 milhões** cada.

BRIGADA PETROLEIRA

A brigada petroleira - formada por dirigentes da FUP e seus sindicatos - está em Brasília desde o início da tramitação do PLC 78/2018 para impedir a entrega do pré-sal brasileiro - quando o projeto ainda era o PL 8939/18 e estava na Câmara dos Deputados. Em ações junto aos deputados, a brigada conseguiu alterar alguns pontos do projeto, mas não impedir a aprovação na Câmara. Agora, eles já conseguiram adiar a votação no Senado e estão mobilizando senadores a votar contra o texto, tendo em vista os prejuízos à Petrobrás, União, estados e municípios.

ROBERTO CASTELLO BRANCO: GUIA RUMO À PRIVATIZAÇÃO

Ex-diretor da Vale e ex-conselheiro da Petrobrás, Roberto Castello Branco será o próximo presidente da Petrobrás a partir de 2019. A indicação foi feita pelo futuro superministro do governo Jair Bolsonaro (PSL), Paulo Guedes. Ambos são velhos conhecidos e ex-alunos da Universidade de Chicago, tradicional escola do liberalismo norte-americano.

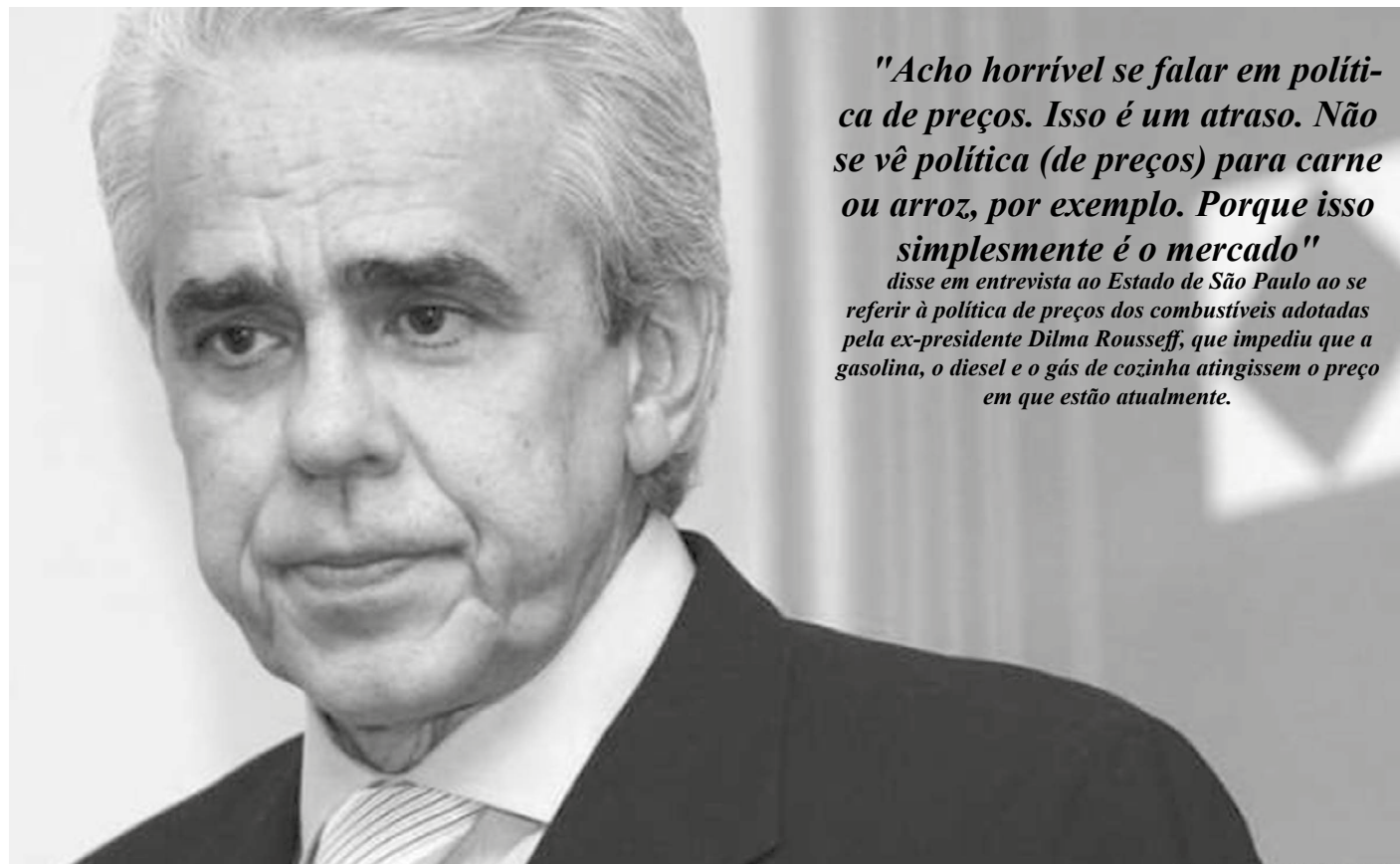
A proximidade de ambos vai um pouco além: Castello Branco também foi presidente executivo do grupo educacional IBMEC entre 1981 e 1984, instituição de ensino da qual Paulo Guedes foi um dos fundadores. Além disso, o futuro presidente da Petrobrás já atuou como diretor do Banco Central durante o governo de José Sarney. Atualmente, ele é diretor da Fundação Getulio Vargas (FGV).

“A escolha de um nome como o do Castello Branco não é surpresa já que quem está à frente do governo Jair Bolsonaro é o economista Paulo Guedes. Ambos têm a mesma linha privatista, ultraliberal e de Estado mínimo”, afirmou o diretor do **Sindipetro/MG** e da FUP, Alexandre Finamori.

Ao longo do período em que esteve no Conselho de Administração da Petrobrás, ainda durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, Castello Branco teria tido inúmeros desentendimentos com a diretoria da empresa, à época sob comando de Aldemir Bendine. Ele seria contra o regime de partilha do pré-sal e também contra a política de conteúdo local.

Ambas as divergências dialogam com sua postura em entrevistas recentes à imprensa e também em um artigo de sua autoria publicado em junho deste ano no jornal Folha de São Paulo. Nessas poucas declarações públicas, o futuro presidente da maior estatal do País já deixou escancarada sua inclinação pelas privatizações.

No artigo da Folha, Castello Branco foi categórico ao defender a ven-



"Acho horrível se falar em política de preços. Isso é um atraso. Não se vê política (de preços) para carne ou arroz, por exemplo. Porque isso simplesmente é o mercado"

disse em entrevista ao Estado de São Paulo ao se referir à política de preços dos combustíveis adotadas pela ex-presidente Dilma Rousseff, que impediu que a gasolina, o diesel e o gás de cozinha atingissem o preço em que estão atualmente.

Roberto Castello Branco, novo presidente da Petrobrás. Foto: Divulgação

da de setores da Petrobrás. "Uma das lições que se tira desta crise é a urgente necessidade de privatizar não só a Petrobras, mas outras estatais", escreveu.

Também já se manifestou contrário à integração da empresa e é defensor de uma política de priorizar a exploração e produção de petróleo em detrimento do refino, da distribuição e da produção de energias renováveis.

Essa linha acompanha exatamente a cartilha que já vinha sendo seguida por Pedro Parente até junho deste ano à frente da Petrobrás desde o golpe contra a presidenta Dilma. Foi a partir dessa época, sob o governo de Michel Temer, que a Petrobrás intensificou a sua chamada "política de desinvestimentos" ou "venda de ativos", que pode ser melhor traduzida por "privatização".

Segundo o diretor Alexandre Finamori, essas declarações acerca da

privatização e sua trajetória em outras empresas - e até mesmo em sua passagem pela estatal - revelam um perfil que não condiz com a visão da FUP e de seus sindicatos da Petrobrás como uma empresa integrada do setor de energia.

“A privatização pretendida na companhia é apenas uma forma de fazer caixa para dar sobrevida a um governo ultraliberal, como foi feito na privatização da Vale durante o governo Fernando Henrique Cardoso - que serviu para fazer caixa e sustentar o Plano Real. Uma privatização da Petrobrás só atenderá a interesses políticos e partidários. Nós defendemos que a Petrobrás seja um projeto de Estado, de Nação e não de partido”.

Outro comentário que indica a postura que será tomada a partir de 2019 é em relação à política de preços. Castello Branco foi totalmente contrário ao controle de preços dos

combustíveis realizado pelo governo Dilma e defende abertamente o livre mercado e o preço interno atrelado ao valor do barril de petróleo no mercado internacional.

Essa medida também foi adotada durante o governo Temer e acabou provocando a maior greve de caminhoneiros da história do Brasil, em junho deste ano, cujos reflexos na economia são sentidos até hoje. Além disso, essa mesma política fez com que o botijão de gás de cozinha custasse aos bolsos dos brasileiros R\$ 100 e a gasolina R\$ 5 o litro.

Também é importante destacar que o futuro presidente da Petrobrás já defendeu publicamente ser contrário aos modelos de partilha e cessão onerosa para exploração do pré-sal. Castello Branco defende a concessão - em que o petróleo deixa de ser da União e passa a ser da empresa que pagar o maior bônus de assinatura.



NA DA NEOLIBERAL NA PETROBRÁS

ÇÃO DA COMPANHIA

O que pensa Roberto Castello Branco?

- 1** É a favor da privatização da Petrobrás
- 2** É contra a Lei de Partilha e a cessão onerosa
- 3** Defende o fim da política de conteúdo local
- 4** Acha a gasolina no Brasil barata
- 5** Quer vender refinarias e a BR Distribuidora
- 6** Quer acabar com a integração da Petrobrás

"É algo que pode ser estudado. Há uma distorção onde uma única empresa detém 98% do negócio. É uma anomalia".
disse em entrevista ao Estado de São Paulo em resposta a uma pergunta sobre a intenção de privatizar refinarias.

"No Brasil, há três regimes: concessão, partilha e tem ainda a cessão onerosa. Tenho forte preferência por um único regime. A concessão. Ponto. Acredito que os investidores gostam mais do regime de concessão".
disse em entrevista ao Estado de São Paulo.

Desintegração, privatização e corte de custos e de pessoal devem continuar na próxima gestão da Petrobrás

A partir das declarações e inclinações econômicas da equipe de Bolsonaro e do próprio Roberto Castello Branco, é possível levantar hipóteses do que será sua gestão à frente da Petrobrás. E ela passa por tudo que já vimos durante a gestão de Pedro Parente - desintegração, privatização, corte de custos e de pessoal na empresa.

O mestre em desenvolvimento econômico pela Unicamp e diretor técnico do Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra), Rodrigo Leão, alerta para os riscos das políticas de privatização e desintegração acabar com a Petrobrás.

Ele explica, por exemplo, que a integração de uma empresa petrolífera é inerente ao negócio e é talvez o principal prejuízo da privatização de áreas e setores da empresa.

"O setor de petróleo é altamente complexo e a definição de preços relativos, custos e investimentos não

obedecem somente à uma lógica de curto prazo e de livre mercado, mas sofre mudanças em função das expectativas de longo prazo e das transformações geopolíticas. Por isso, a maior parte das grandes petrolíferas globais atuam de forma integrada (não apenas no E&P, mas também em refino e distribuição) a fim de atenuar movimentos dos preços do petróleo e das oscilações da demanda de combustíveis", disse.

É exatamente por isso que as maiores petrolíferas do mundo têm investido em setores que possibilitem rentabilizar ao máximo o petróleo. "Sendo assim, em caso de queda na demanda por combustível, o setor de fertilizantes e petroquímico, por exemplo, são alternativas para o uso do petróleo e do gás natural. Ambos setores que a Petrobrás investiu durante o governo Lula e que foram severamente tensionados no governo Temer", explicou.

O que é a Escola de Chicago?

O pensamento que norteou a campanha de Jair Bolsonaro (PSL) é oriundo da Escola de Chicago, nos Estados Unidos. Não à toa, alguns dos mais importantes nomes do primeiro escalão são egressos dessa Escola, entre eles o superministro da Economia (que agora incluiu também Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio), Paulo Guedes; o indicado para chefiar o Banco do Brasil, Rubem Novaes; o que assumirá o BNDES, Joaquim Levy; e o indicado para assumir a presidência da Petrobrás, o economista Roberto Castello Branco.

Mas, o que significa dizer que ambos vêm da mesma escola?

Significa que estão alinhados com uma teoria liberal para a condução da política econômica do Brasil a partir de 2019.

Isso porque, a Escola de Chicago, como ficou conhecida a partir da década de 1950, é o berço do liberalismo econômico. Ela defende, entre outras coisas, o livre mercado, ou seja, a não intervenção do Estado na economia. Também é defensora das teorias da liberdade de preços, abertura econômica, redução de impostos e privatizações.

Na América do Sul, a Escola de Chicago teve destaque durante a ditadura de Augusto Pinochet, no Chile. Entre as medidas implantadas no País nesse período está o sistema previdenciário a partir de títulos de capitalização, exatamente a mesma proposta presente no programa de governo do presidente eleito. A medida, além de excluir parte considerável da sociedade do direito à previdência, reduz o valor da aposentadoria dos trabalhadores e tem sido alvo de inúmeros protestos no Chile desde 2017.

No Brasil, o pensamento da Escola de Chicago também já esteve presente nos governos de Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e, mais recentemente, no governo Temer, com o projeto "Ponte para o Futuro". O resultado prático dessa política liberal (agora, neoliberal) é sempre o mesmo: privatizações, desindustrialização e ataques aos direitos da classe trabalhadora.



AMEAÇA DE DESPEJO COLOCA DUAS MIL PESSOAS EM RISCO NO SUL DE MG

“Um grande diferencial é que nosso café é um produto puro. Não existe mistura no nosso café. Nós realizamos o processo de classificação do café, separamos por lote, por qualidade do produto. Não existe mistura: é um café 100% arábico sem nenhum produto que venha descaracterizar seu sabor original”, conta Roberto Carlos do Nascimento, uma das centenas de moradores do acampamento Quilombo Campo Grande, que reúne 450 famílias sem-terra no município de Campo do Meio, localizado no sul de Minas Gerais.

A região, conhecida por ser a maior produtora de café do Brasil, é berço do café orgânico e agroecológico Guaiá, fruto do trabalho das famílias que ocupam o terreno desde 1998.

Roberto Carlos é diretor da Cooperativa Camponesa, que assina a marca do café Guaiá, e, com muito orgulho, relata que há oito anos os agricultores passaram a fazer a transição para produtos sem insumos químicos, livres de agrotóxicos e sementes transgênicas.

O Quilombo Campo Grande possui quase 4 mil hectares de terra e conta com 11 acampamentos organizados na área. “Hoje temos em torno de 550 hectares de café já plantado e sendo produzido. No ano de 2018, nossas famílias tiveram uma produção em torno de 8500 sacas de café. Para esse fim de ano, até fevereiro, estamos com a previsão de plantar em torno de 400 hectares de café, tendo a possibilidade de alcançar um total de 1000 hectares de café no próximo plantio”, explica Roberto Carlos.

As famílias vivem na área da usina falida Ariadnópolis, da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA), que encerrou suas atividades em 1996, embora ainda possua dívidas trabalhistas que ultrapassam R\$ 300 milhões. Apesar de ocuparem o terreno há mais de 20 anos e da grande produção agroecológica, no início de novembro, uma liminar de despejo



(1) café Guaiá; (2) produção de verduras pelas famílias que vivem no quilombo. Fotos: Brasil de Fato

foi aprovada pelo juiz Walter Zwicker Esbaille Júnior. Se a decisão for confirmada, após esgotamento dos recursos, as famílias terão sete dias para deixar o local.

DESPEJO

O despejo afetaria diretamente mais de duas mil pessoas. As famílias também desenvolvem atividades como plantio de cereais, milho, hortaliças e frutas. Anualmente, o acampamento planta em média 600 hectares. Em relação aos animais, são criados 1200 bovinos, além de dezenas de porcos e galinhas.

“É uma situação muito difícil. É um trabalho das famílias que já tem 20 anos, que iniciou esse processo de organização das famílias nessas terras falidas. Hoje as famílias dão outro caráter, outra condição para essas terras. As famílias fazem a terra cumprir uma boa parte de sua função social e é muito triste saber de uma possibilidade dessas famílias perderem essa condição de ter um espaço para produzir, para buscar uma vida mais digna e justa”, lamenta Roberto Carlos.

Para debater os riscos inerentes da retirada das famílias à força, uma audiência pública foi realizada na sema-



na passada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

ENTENDA O CASO

O Decreto Estadual n.º 365/2015 desapropriava 3.195 hectares da falida Usina Ariadnópolis. O documento tinha como proposta desapropriar a área mediante o pagamento de R\$ 66 milhões aos empresários. Há dois meses, as famílias do Quilombo Campo Grande chegaram a firmar um acordo em que o Estado se comprometia a pagar o valor em cinco parcelas.

Porém, acionistas da empresa, apoiados pela bancada ruralista e latifundiários da região, não aceitaram o acordo e levaram o caso à Justiça contra o governo de Minas Gerais, pedindo anulação do decreto, que já havia sido validado em dois julgamentos.

Através de uma operação jurídica, os empresários retomaram uma liminar de despejo de 2012 referente à falência da usina e que estava parada há mais de um ano. Foi justamente essa a liminar aprovada pelo juiz Esbaille Júnior no último dia 7, e que foi objeto da audiência pública.

**Matéria de Emilly Dulce e Lu Sudré para o jornal Brasil de Fato*



Área da fazenda ocupada por famílias há 20 anos no sul de Minas Gerais. Foto: Brasil de Fato

DICA CULTURAL

Uma noite de 12 anos



Em cartaz no Belas Artes Cinema (Rua Gonçalves Dias, 1.581, Lourdes - Belo Horizonte), o filme "Uma noite de 12 anos" retrata o período de 12 anos em que o ex-presidente do Uruguai, José Alberto Mujica, ficou preso - durante a ditadura uruguaia que durou de 1973 a 1985.

No longa, baseado em fatos reais, é retratada a verdadeira história de superação de Pepe Mujica, Mauricio Rosencof e Eleuterio Fernández Huidobro. Por quase todo o período da prisão, os três companheiros do movimento guerrilheiro Tupamaros permaneceram em isolamento - sem qualquer visita ou acesso a informações externas sobre o que acontecia no Uruguai.

Com o fim da ditadura, os ex-tupamaros se uniram ao movimento de esquerda Frente Ampla, que nos anos 80 e 90 ampliou sua presença em espaços de poder e, em 2005, conquistou a Presidência do País com a candidatura do médico Tabaré Vázquez, atualmente em seu segundo mandato.

Mujica foi eleito deputado, senador e, em 2010, tornou-se presidente do Uruguai. No mês de agosto, aos 83 anos, renunciou ao seu cargo no Senado alegando motivos pessoais.

Eleuterio Fernández Huidobro, morto em 2016, aos 74 anos, ocupou uma cadeira no Senado. No governo Mujica, comandou a pasta da Defesa, cargo que manteve quando Vázquez foi reeleito.

Mauricio Rosencof, hoje com 85 anos, é poeta, escritor, jornalista e colunista da revista "Caras e Caretas", além de diretor de cultura da prefeitura de Montevidéu.